

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Wide Digital e Tecnologia S.A., foi constituída em 2008 sendo a pioneira em TVs Corporativas no Brasil, com alta especialização na distribuição de informação, integração e motivação de públicos internos, por meio de recursos digitais de última geração.

Distribuindo informação corporativa em monitores digitais, com identidade visual personalizada e conteúdos customizados, a TV corporativa da Companhia permite unificar discursos junto a colaboradores, acionistas e clientes que visitam as Companhias, promovendo integração entre as áreas, divulgação direcionada das estratégias, motivação de equipes e, principalmente, a difusão eficiente dos valores da organização.

A Companhia vem crescendo bastante no atendimento ao mercado de Varejo, promovendo a comunicação dos clientes com seus consumidores finais, através da sinalização digital nos PDVs apoiando principalmente no incremento de vendas, divulgação de produtos, consolidação da marca do cliente e ainda promovendo uma experiência de compras diferenciada para o consumidor.

No Brasil as unidades estão localizadas em Barueri- SP e no Rio de Janeiro.

A Companhia tem como principal acionista a RN Brasil Participações Ltda. que detém 39,60% do seu capital social diretamente e indiretamente através dos demais acionistas do Grupo SEB. A dependência econômica é significativa, sendo essa sua principal fonte de suporte financeiro que é realizado por meios de contratos de mútuos (Nota Explicativa nº 7) das demais Companhias do grupo e aportes de capital (Nota Explicativa nº17). Adicionalmente, os principais acionistas e o Grupo SEB (Sistema Educacional Brasileiro S.A.) não possuem intenção ou planos que possam afetar significativamente as operações da Companhia, e por isso, se comprometem na manutenção do suporte financeiro, sempre que necessário.

1.1. Pandemia da COVID e seus Impactos

Após a paralisação de vários setores produtivos e fragilidade na economia, sofremos impactos de redução de cerca de 11% na receita oriunda do mercado corporativo, para que não ocorresse impacto em nosso caixa aplicamos a MP disponibilizada pelo governo, reduzindo a jornada de trabalho e redução salarial em 25%, negociamos a redução de aluguel das salas comerciais, reduzimos os custos com licenças e implantamos o home office 100%.

A Companhia segue monitorando o assunto, adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país e da Organização Mundial de Saúde.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração da Companhia em 30 de setembro de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações contábeis.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção as aplicações contábeis que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo para fins de divulgação.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração da Companhia faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

2.5. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.6. Instrumentos financeiros

O CPC 48 (IFRS 9), estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

i) **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir: **(a)** o ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **(b)** os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por:

- a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- b) Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável;
- c) Contrato de garantia financeira;
- d) Compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado; e
- e) A contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

ii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) **Impairment de ativos financeiros**

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

v) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

vi) **Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido**

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

vii) Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

2.7. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.8. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os ativos construídos pela própria Companhia incluem custo de materiais alocados ao custo do imobilizado construído.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) no resultado.

2.9. Partes relacionadas

Na prática, o relacionamento das partes é uma particularidade muito comum em um grupo de sócios. Partindo deste pressuposto fica claro que o estudo das operações entre essas partes relacionadas se faz mais do que necessário, para que se delineiem demarcações de atuações e coadjuvação das pessoas envolvidas.

2.10. Impostos e contribuições

a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10%), e a contribuição social sobre o lucro pela alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferidos são calculados às alíquotas vigentes na legislação fiscal e são provenientes de diferenças temporárias (correspondentes a valores que integrarão os resultados fiscais de períodos subsequentes), inclusive os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11. Novas normas, alterações e interpretações

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das referidas normas a seguir, já vigentes no exercício de 2021. Alguns pronunciamentos contábeis que sofreram alterações, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira do Instituto foram os seguintes:

- Alterações no IAS 12 – Contabilização de imposto diferido;
- Concessões relacionadas à COVID-19 (alterações à IFRS 16); e
- Reforma da taxa de juros referenciais (alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7).

As alterações foram avaliadas e adotadas pela administração do Instituto, e não houve impactos em suas demonstrações contábeis quanto a sua aplicação.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.);
- Alterações no IAS 12 – Contabilização de imposto diferido;
- IFRS 17 – Contratos de seguro (A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023.);
- Alterações no CPC 37 – Adoção inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Custo de cumprimento de contrato – CPC 25; e
- Alterações no CPC 15 – Combinação de Negócios.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e com liquidez imediata sem risco significativo de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

	2021	2020
Caixas e bancos	439	80
Aplicações financeiras	510	361
Total	949	441

As aplicações financeiras têm como características liquidez diárias, baixo risco de crédito e remuneração foi de 90% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber

As contas a receber são avaliadas pelo valor presente e deduzidas da provisão perdas esperadas de créditos, quando aplicável.

O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

	2021	2020
Cientes nacionais	4.717	4.446
Provisão para perda esperada de créditos	(1.690)	(1.582)
Total	3.027	2.864

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber faturados por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	2.801	2.138
Vencidos		
Até 30 dias	203	224
De 31 a 90 dias	24	339
De 91 a 180 dias	17	35
De 181 a 360 dias	113	87
Acima de 360 dias	1.559	1.625
Total	4.717	4.446

A seguir, estão demonstrados a movimentação do saldo de provisão para perdas esperadas de créditos:

	2020	2020
Saldo inicial	(1.582)	-
Movimento	(108)	(1.582)
Saldo final	(1.690)	(1.582)

5. Impostos a recuperar

	2021	2020
CSLL retido na fonte a compensar	15	15
Imposto de renda retido na fonte	22	22
CSLL pago por estimativa	-	137
IRPJ pago por estimativa	-	509
Outros	232	503
Provisão para realização dos impostos	-	(721)
Total	269	465

6. Partes relacionadas

Os principais saldos dos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com entidades do mesmo grupo econômico. Essas transações foram realizadas em condições definidas entre elas, portanto, caso essas transações fossem realizadas com entidades não relacionadas, o resultado das operações poderia ter sido diferente.

A Companhia segue o pronunciamento técnico sobre a remuneração à empregados e administradores, bem como distribuição de dividendos e salários.

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Wide Educacional S.A.	3.412	-	5.892	-
Companhia Brasileira de Comunicação - IBTP	-	-	-	642
Companhia Brasileira de Comunicação - AMPLA	-	-	-	80
Instituto Escola Paulista Ensino - AMPLA	-	-	-	300
Pedro Gabriel	4	340	4	-
BR Education Ventures FIP	-	337	-	-
RN Brasil Participações Ltda.	-	1.066	-	-
Rodrigo Paiva Quintão	-	71	-	-
Rubem da Costa L. Amarante Neto	-	83	-	-
Cristina Maria Forjaz Amarante	-	80	-	-
Francisco de Paula Amarante	-	29	-	-
Claudia Maria Forjaz Amarante	-	15	-	-
Desenvolvimento Educacional Ltda	-	193	-	-
Instituto Escola Paulista Ensino - IBTP	-	-	-	214
Outros	-	-	-	109
Total	3.416	2.214	5.896	1.345
Circulante	4	-	4	-
Não circulante	3.412	2.214	5.892	1.345

Os contratos de mútuos com partes relacionadas não possuem incidência de juros.

7. Imobilizado

	Móveis e utensílios	Equipamentos de tecnologia e informática	Máquinas e equipamentos	Instalações	Benfeitorias	Equipamentos de telecomunicações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	44	2.766	51	181	402	2	3.446
Adições	-	2.132	-	-	-	-	2.132
Baixa	-	-	-	(7)	-	-	(7)
Incorporação	64	1.450	132	152	-	-	1.798
Depreciação	(18)	(1.435)	(34)	(81)	(70)	-	(1.638)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	90	4.913	149	245	332	2	5.731
Adições	-	1.626	-	-	-	-	1.626
Baixa	-	(8)	-	-	-	-	(8)
Depreciação	(18)	(1.646)	(34)	(83)	(69)	-	(1.850)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	72	4.885	115	162	263	2	5.499

8. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	2021	2020
Moeda nacional			
Cartão BNDES	-	-	4
Itaú - conta garantida	0,62% a.m.	100	200
HP Financial - leasing	1,50% a.m.	-	51
Empréstimo Itaú	0,62% a.m.	267	667
Arrendamento aluguel a pagar	3,05% a.m.	468	-
Total		835	922
Circulante		835	655
Não circulante		-	267

A seguir as movimentações dos empréstimos e financiamentos.

Banco	Modalidade	2020	Principal	Amortizações	Juros	2021
BNDES	Financiamento	4	-	(3)	(1)	-
Banco Itaú	Conta Garantida	200	-	(100)	-	100
Banco Itaú	Empréstimo	667	-	(364)	(36)	267
HP Finacial	Empréstimo	51	-	(50)	(1)	-
Arrendamento Aluguel a Pagar	Arrendamento	-	541	(73)	-	468
Santander	Capital de giro	-	-	-	-	-
Total		922	541	(590)	(38)	835

Banco	Modalidade	2019	Adições		Amortizações		2020
			Incorporação	Principal	Juros	Principal	
BNDES	Financiamento	-	4	-	-	-	4
Banco Itaú	Conta Garantida	-	-	200	-	-	200
Banco Itaú	Empréstimo	1.250	-	-	(539)	(44)	667
HP Finacial	Empréstimo	-	51	-	-	-	51
Santander	Capital de giro	2.000	-	-	(2.000)	-	-
Total		3.250	55	200	(2.539)	(44)	922

9. Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Controladora	
	2021	2020
Provisão de férias e encargos	305	495
INSS e FGTS a recolher	231	144
Salários a pagar	188	190
Total	724	829

10. Impostos parcelados a pagar

	2021	2020
Cofins - parcelamento PGFN	13	13
PIS e Cofins - Parcelamento RFB	300	384
INSS - parcelamento RFB	151	170
ISS - parcelamento	16	74
INSS - parcelamento previdenciário	289	414
INSS - Pert	459	609
IRPJ E CSLL	306	386
PIS e Cofins - Pert	478	504
Total	2.012	2.554
Circulante	429	539
Não circulante	1.583	2.015

- Parcelamento simplificado de Cofins referente aos períodos de 12/2013, 04/2014, 05/2014, 06/2014 e 07/2014, somando a quantia original de R\$ 347, mais correção estimada de R\$ 238, totalizando o montante de R\$ 585, a ser quitado em 60 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014; Parcelamento simplificado de PIS referente ao período de 05/2014, somando a quantia original de R\$ 15, mais correção estimada de R\$7, totalizando o montante de R\$ 23 a ser quitado em 38 meses, com vencimento da primeira parcela em 06/10/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de Cofins no Refis da Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 02/2013, 03/2013, 04/2013, 05/2013, 06/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$ 517, com correção de R\$ 122, e Cofins, inscrito em dívida ativa em 17/03/2011, no valor de R\$ 78. Inclusão de DARFs dos períodos de 09/2013 e 12/2013, no valor original de R\$ 120 e encargos de R\$ 33. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014;
- Inclusão do parcelamento simplificado de PIS no Refis Lei nº 12.996/2014, referente aos períodos de 03/2013, 04/2013, 07/2013 e 08/2013, somando a quantia de R\$58, com correção de R\$ 13. Inclusão de DARF do período de 09/2013, no valor original de R\$ 17 e encargos de R\$ 54. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014; e
- Inclusão do parcelamento simplificado de INSS no Refis Lei nº 12.966/2014, referente aos períodos de 09/2012, 05/2013, 07/2013 e 09/2013, somando a quantia de R\$365, com um total de encargos de R\$ 82. Saldos a serem quitados em 180 parcelas, com antecipação de 10% do valor devido dividida em 5 vezes e início do pagamento em 25/08/2014.

A exposição da parcela não circulante impostos parcelados está assim distribuída:

	2021	2020
2022	-	434
2023 até 2032	1.583	1.581
Total não circulante	1.583	2.015

11 Outras obrigações

	2021	2020
Nova academia de concurso	144	143
Adiantamentos de clientes	805	804
Abanzai Representações S.A.(a)	-	1.650
Total não circulante	949	2.597

- (a) Em 19 de março de 2018, A Companhia firmou contrato junto com a Abanzai Representações S. A. para Adiantamento de uma plataforma de uma empresa (“Newco”), com objetivo de ofertar soluções de treinamento corporativo para empresas que atuam no mercado de bebidas e alimentos. Esta situação foi regularizada em 2021, conforme acordo de quitação realizada entre as partes.

12. Provisão para riscos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

	Trabalhistas	Cível	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.666	209	1.875
Movimento	(1.475)		400
Saldo em 31 de dezembro de 2020	191	209	400
Movimento	(191)	(209)	(400)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Companhia não possuía processos trabalhistas, cíveis e tributárias, que, baseado na opinião dos advogados da Companhia, as chances de êxito são consideradas como possíveis e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição do imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As adições de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e a contribuição social correntes pela alíquota nominal e pela alíquota efetiva em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	4.263	2.697
Total das adições e exclusões	(862)	(1.597)
Base de cálculo	3.400	1.100
Imposto de renda e contribuição social - 34%	(862)	(267)
Alíquota efetiva	23%	24%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2021	2020
Prejuízo fiscal e base negativa de CSL	5.518	6.106
Provisão para perdas com liquidação duvidosa	575	538
Provisão para realização	-	(6.644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.093	-

Até 31 de dezembro de 2020, a administração não reconhecia o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal.

Em 2021, baseada nas expectativas de lucros futuros esperada para os próximos 7 anos, a administração decidiu reverter a provisão para realização dos impostos diferidos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia era de R\$1.696 dividido em 10.789.233 ações.

	2021		2020	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Acionistas				
RN Brasil Participações Ltda.	4.272.461	39,60%	4.165.472	38,61%
BR Education Ventures Fundo de Investimento em Participações	1.352.308	12,53%	1.318.444	12,22%
Pedro Gabriel Maia de Moraes Forjaz	1.360.630	12,61%	1.326.558	12,30%
Rodrigo Paiva Quintão	284.742	2,64%	1.032.849	9,57%
Rogério Vedovato Frasson	-	0,00%	270.180	2,50%
Rubem da Costa Leite Amaranante Neto	1.106.304	10,25%	1.160.598	10,76%
Francisco de Paula Amaranante	386.282	3,58%	376.609	3,49%
Cristina Maria Forjaz Amaranante	1.065.535	9,88%	1.038.852	9,63%
Claudia Maria Forjaz Amaranante	186.335	1,73%	99.671	0,92%
Desenvolvimento Educacional Ltda.	774.636	7,18%	-	-
Total	10.789.233		10.789.233	

a) Em 22 de janeiro de 2020 foi registrado o aumento no capital social da Companhia pelo valor líquido do acervo líquido atribuído aos minoritários na incorporação da Media Corp serviços de Publicidade e Mídia Corporativa Ltda. foi de R\$625 por meio de emissão de novas ações pelo valor de R\$0,23358 (aproximadamente vinte e três centavos por ação) (Nota Explicativa nº 1).

b) A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após dedução de reserva de incentivo fiscal, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos registrados nas demonstrações contábeis da Companhia, foram aprovados pelos acionistas.

15. Receita Líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2021	2020
Receita bruta de serviços prestados	22.859	20.673
Devoluções/cancelamentos	(1.168)	(1.217)
Impostos (PIS, Cofins e ISS)	(2.477)	(2.196)
Total	19.214	17.260

16. Custos e despesas por natureza

O grupo de custos e despesas é demonstrado no resultado por função. A conciliação entre custos e despesas por natureza/atividade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada conforme segue:

	2021	2020
Pessoal (salários, encargos, provisões e benefícios)	(2.087)	(2.102)
Custos de produção, utilidades e serviços	(9.357)	(8.500)
Serviços de terceiros	(204)	(254)
Aluguel e condomínio	(339)	(402)
Viagens e estadias	(12)	(48)
Depreciação e amortização	(2.218)	(2.005)
Depreciação direito de uso	(120)	-
Outras (vendas, marketing, escritório)	(1.141)	(1.052)
Total	(15.478)	(14.363)
Classificadas como		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(9.357)	(8.500)
Despesas administrativas, comerciais e gerais	(6.121)	(5.863)
Total	(15.478)	(14.363)

17. Resultado financeiro

	2021	2020
Receita financeira		
Juros ativos	1.126	1.187
Total	1.126	1.187

	2020	2020
Despesa financeira		
Juros passivos	(432)	(1.299)
Comissões e tarifas bancárias	(39)	(49)
Outras despesas financeiras	(134)	(108)
Total	(603)	(1.456)

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital. A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades. Não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

b) Risco de crédito

A Companhia pode incorrer na possibilidade de perdas com valores a receber oriundos de faturamentos de prestações de serviços. Para reduzir esse risco, é realizada constantemente a análise de crédito dos clientes.

A Administração entende que não há risco de crédito significativo ao qual a Companhia está exposta, considerando as características das contrapartes, níveis de concentração e relevância dos valores em relação ao faturamento.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é aquele em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

d) Risco de taxa de juros

A Companhia gerencia este risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas, a forma que a Administração entende que qualquer volatilidade destas taxas não afetaria significativamente seu resultado, razão pela qual não está sendo apresentada a análise de sensibilidade.

e) Gestão de capital

A Companhia gerencia seu capital com o objetivo de proteger a sua capacidade operacional, mantendo uma estrutura de capital que possa oferecer o maior retorno possível aos seus acionistas, no entanto sem que isto a onere.

De forma similar ao mercado, a Companhia monitora seu capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

f) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

g) Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como empréstimos e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Para as operações de empréstimos e financiamentos a administração considera que valor justo se equipara ao valor contábil, devido ao fato de que essas operações se referem preponderantemente a empréstimo de capital de giro com taxas usuais de mercado. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de eventual liquidação naquela data.

2021				
	<u>Classificação</u>	<u>Hierarquia de valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	Nível 1	949	949
Contas a receber de clientes	(ii)	Nível 2	3.027	3.027
Partes relacionadas	(ii)	Nível 2	3.416	3.416
Total			7.392	7.392
Passivo				
Fornecedores	(ii)	Nível 2	1.548	1.548
Partes relacionadas	(ii)	Nível 2	2.214	2.214
Empréstimos e financiamentos	(ii)	Nível 2	835	835
Total			4.596	4.596

(i) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado; e

(ii) Custo amortizado.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir, apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** – *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** – Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

19. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

20. Transações que não afetam caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	2021	2020
Investimentos (acervo líquido incorporado)	-	(625)
Patrimônio líquido (acervo líquido incorporado)	-	625
Direito de uso	541	-
Arrendamento a pagar	(541)	-

* * *